

DESONERAÇÃO DA FOLHA E CLIMA NA PAUTA DOS PREFEITOS

Na 25ª Marcha a Brasília, chefes de Executivo municipais vão defender mais uma vez o pacto federativo e tratar também de prevenção de catástrofes nas cidades

BERNARDO ESTILLAC E VINICIUS PRATES

Mais de 400 prefeitos de Minas Gerais, além de vice-prefeitos, vereadores, autoridades e servidores públicos estão em Brasília (DF) para a 25ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O tema principal do movimento deste ano é "Pacto Federativo: um olhar para a população desprotegida". A Marcha dos Prefeitos se estende até quinta-feira, e vai priorizar o debate sobre a desoneração da folha de pagamento dos municípios com até 156 mil habitantes. Também estão na pauta os temas da consolidação da reforma tributária e seus impactos nos municípios e o enfrentamento das mudanças climáticas.

A solenidade de abertura oficial acontece hoje, às 9h, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), e mais de 10 mil pessoas de todo o Brasil devem participar do evento. De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM), mais de 1,3 mil mineiros comparecerão ao evento, incluindo o presidente da associação, o prefeito de Coronel Fabriciano, Dr. Marcos Vinicius (sem partido). Em entrevista ao Estado de Minas, ele destacou que a questão da desoneração da folha aos municípios faz parte de uma pauta mais ampla dos prefeitos na capital federal. "A folha faz parte de um projeto muito maior que é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66, na qual apresentamos a emenda aglutinativa nº 6. Esse texto trata tanto das dívidas dos municípios com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), como dos precatórios e visa estender aos municípios a reforma previdenciária de 2019", disse Marcos Vinicius.

Na quinta-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que um acordo para manter a atual alíquota de 8% aos municípios durante 2024 foi costurado, após uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O senador reiterou o acordo ontem durante evento em São Paulo.

"A questão da desoneração foi estabilizada com a decisão do Supremo Tribunal Federal, na sexta-feira (17/5), do ministro Cristiano Zanin, que suspendeu a eficácia da decisão que reonerava declarando inconstitucional os dispositivos da lei de desoneração, por 60 dias. Então, com isso, há uma estabilização tanto para 17 setores quanto para os municípios da vigência da alíquota e da forma estabelecida na lei do



COMO TEM OCORRIDO NOS ÚLTIMOS ANOS, PREFEITOS RETORNAM A BRASÍLIA COM UMA EXTENSA PAUTA PARA REFORÇAR O CAIXA DOS MUNICÍPIOS

400

NÚMERO DE PREFEITOS NA MARCHA A BRASÍLIA, SEGUNDO A AMM

final do ano passado. Então, isso estabilizou, deu segurança às empresas dos 17 setores e aos municípios", disse Pacheco.

Pacheco também anunciou um projeto de lei apresentado pelo senador Eraldo Filho (União-PB) para tratar da reconexão gradual dos setores produtivos, que terá o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), como relator. A desoneração da folha de pagamento é um mecanismo estabelecido em 2012 para substituir a contribuição previdenciária patronal sobre os salários. A medida foi criada como um estímulo aos setores de mão de

obra intensiva e como amparo aos municípios menos populosos.

Antes, as empresas contribuíam com 20% da folha de salários, percentual que foi substituído por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. No caso das prefeituras, a desoneração diminuiu os impostos sobre a folha, de 20% para 8%. Aprovada no ano passado, a lei que prorroga o benefício foi alvo de veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

REUNIÃO

Na agenda desta terça está prevista uma reunião dos prefeitos mineiros com a bancada do estado no Congresso Nacional. O evento está marcado para as 16h e é apontado como uma oportunidade para apresentação de demandas municipalistas aos parlamentares. Uma das principais reivindicações é o investimento em políticas de prevenção de catástrofes climáticas à luz das enchentes que destruíram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas.

"Nos, tanto na AMM como na CNM (Confederação Nacional de Municípios) temos dados que nos últimos dez anos quase todos os 5.569 municípios do Brasil passaram por algum tipo de catástrofe, seja estiagem,

chuva ou desmoronamento. E uma das nossas pautas prioritárias. Estamos fazendo um levantamento para pedir mais atenção dos parlamentares. Acaba que a grande maioria das emendas vai para a saúde até pelas diretrizes do governo federal e uma parte pequena vai para a infraestrutura. Temos que tecer um plano nacional de obras para prevenir os desastres", disse o prefeito de Coronel Fabriciano.

ELEIÇÕES

As eleições municipais, que devem dominar a pauta política no segundo semestre, também farão parte da agenda dos prefeitos em Brasília. Segundo a CNM, cerca de 37% dos atuais chefes de Executivo Municipal no Brasil não podem concorrer à reeleição em 2024, o que significa uma mudança de comando em boa parte das cidades do país.

Segundo Marcos Vinicius, a reunião com os congressistas serve também para garantir que a alternância nas prefeituras não represente uma ruptura com as políticas de estado e o contato entre as cidades e a capital federal. "Temos de ter o cuidado para trabalhar na bancada mineira do Congresso para que as pessoas sejam substituídas, mas as políticas públicas não", disse à reportagem. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 4